

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2022-2023
Políticas Públicas – TAN

EXAME ESCRITO DE AVALIAÇÃO – GRELHA DE CORREÇÃO
5.1.2024

I. No comentário deve abordar os seguintes tópicos:

1.

- Definir políticas públicas, com especial enfoque para o seu objetivo
- Relacionar as políticas públicas com o Estado social
- Manifestar concordância ou discordância com o Autor: as políticas públicas servem para concretizar direitos sociais ou outros objetivos? Ou ambos?
- Esses objetivos são apenas os definidos na Constituição e na lei ou podem ser também definidos por decisões político-administrativas?
- Exemplificar com políticas concretas

2.

- Descrever o processo de descentralização definido pela Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto: os seus objetivos, princípios, âmbito material e recursos
- Explicar as vantagens que a descentralização acarreta do ponto de vista da eficiência e eficácia dos serviços públicos e da utilização dos recursos públicos, acentuando a lógica de proximidade, com exemplos concretos
- Explicar a relação entre descentralização e proximidade na definição e implementação de políticas públicas e a relação disto com o desenvolvimento do país
- Vantagens e desvantagens da descentralização (por exemplo, risco de aumento das disparidades territoriais ou aumento da despesa pública)
- Manifestar concordância ou discordância, justificando, com a frase a comentar

II

A)

- Definir o conceito de políticas públicas e sua caracterização: multidisciplinares, multissetoriais, prospetivas e de planeamento, colaborativas e participadas, sustentáveis
- Distinguir diferentes tipos de políticas públicas quanto ao âmbito material, territorial e temporal e também quanto aos seus autores e modelos organizacionais utilizados (ex. participação dos interessados)

B)

- Conceito de subsidiariedade como princípio regulador (e não atributivo) de competências
- Enquadramento constitucional e legal
- Relacionar com o processo de descentralização em curso

C)

- Distinguir transferência universal de competências e transferências não universais, relacionando com a forma jurídica – ato legislativo ou contrato – à luz, designadamente, dos artigos 114.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Analisar e caracterizar o regime jurídico dos contratos de transferência de competências, em especial os princípios que os regem
- Apresentar as vantagens e desvantagens de ambos os modelos, optando, fundamentadamente, por um deles em termos de opção de política pública

D)

- Definir desconcentração (de competências entre órgãos da mesma pessoa coletiva, descentralização (de atribuições entre pessoas coletivas) e regionalização (criação de regiões administrativas com órgãos democraticamente eleitos
- Possibilidade de coexistência dos três fenómenos
- Posição própria sobre vantagens e desvantagens, relacionando com os processos atualmente em curso